

CONCENTRAÇÃO DE RENDAS E DIFERENÇAS ESTADUAIS NO NORDESTE EM 1970

1. Introdução

A maioria das críticas ao aspecto social do desenvolvimento brasileiro surge do fenômeno da distribuição de rendas. As altas taxas de crescimento do produto total brasileiro não têm sido acompanhadas por aperfeiçoamento nos padrões de vida das classes de baixos níveis de renda. Se entendemos o processo de desenvolvimento como um processo de acumulação do capital para maximizar a taxa de crescimento da renda nacional, a política mais lógica, a "curto prazo", seria colocar a renda nas mãos dos poupadores. Isto foi o que aconteceu no Brasil, segundo os trabalhos publicados sobre o assunto (Langoni (6), Hoffman (5), Abreu (1).

Levando-se em consideração que o Nordeste, após a implementação da política de incentivos fiscais, cresceu próximo à taxa nacional, é de se esperar que o mesmo fenômeno tenha-se repetido. No entanto, como disse Kuznets (8), existe uma tendência de concentrar as rendas no início da largada para o desenvolvimento, juntamente com um acréscimo na renda *per capita*. Após a renda *per capita* atingir um certo nível, esta passa a crescer a taxas decrescentes, e a concentração das rendas tende a decrescer. Neste ponto, terá a região passado para o grupo das regiões desenvolvidas. Há, portanto, no início, uma correlação positiva entre renda *per capita* e concentração de rendas. Depois de determinado estágio, esta correlação passa a ser negativa. É possível que os padrões das modificações tecnológicas sejam uma importante causa para este tipo de desenvolvimento "distorcido", isto é, contra as pessoas de baixos níveis de renda.

O objetivo principal deste trabalho será a identificação dos índices de concentração de rendas usuais na literatura, e cálculo dos perfis de renda nos Estados nordestinos. A disponibilidade de dados não permitiu fazer-se um estudo comparativo da evolução da concentração entre todos os Estados da Região. Esta comparação só foi possível para os Estados do Piauí e Maranhão. A parte final apresenta um estudo de correlação entre o coeficiente de concentração de Gini e algumas variáveis econômicas que tentam explicar as diferenças estaduais do Nordeste.

2. Aspectos Teóricos

2.1. Equação de Pareto com dois Parâmetros

A primeira discussão extensiva de problema da distribuição de rendas entre indivíduos é devida a VILFREDO PARETO. Em sua forma mais dogmática, a Lei de Pareto estabelece que a distribuição de rendas superiores a determinado limite (renda modal) segue uma linha reta em escala bi-logarítmica.

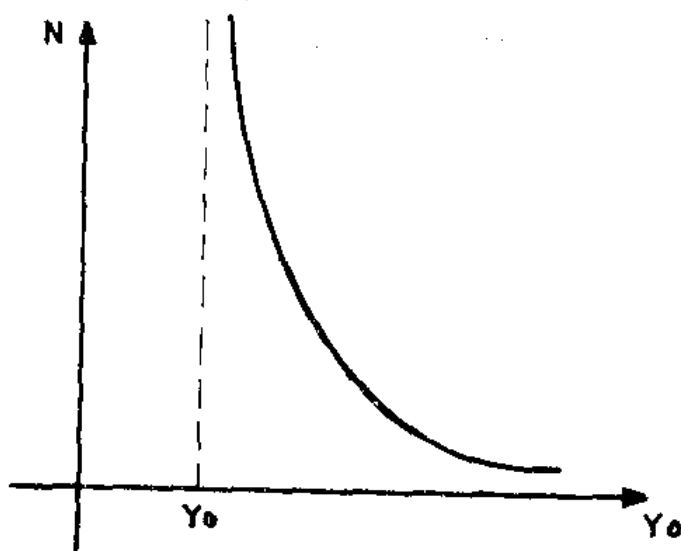
Analiticamente, teremos:

$$(1) N = \frac{A}{(Y-Y_0)^\alpha}, \text{ ou } N = Ay^{-\alpha} \text{ para } Y > Y_0 \text{ e } \alpha > 0$$

onde: Y = renda individual; N = número de indivíduos com renda superiores a Y ; Y_0 = limite superior de renda, abaixo da qual a distribuição de Pareto não explica o fenômeno, e A e α parâmetros a determinar, sendo que α , Pareto chamou de "Índice de concentração".

Graficamente, tem-se:

GRÁFICO I



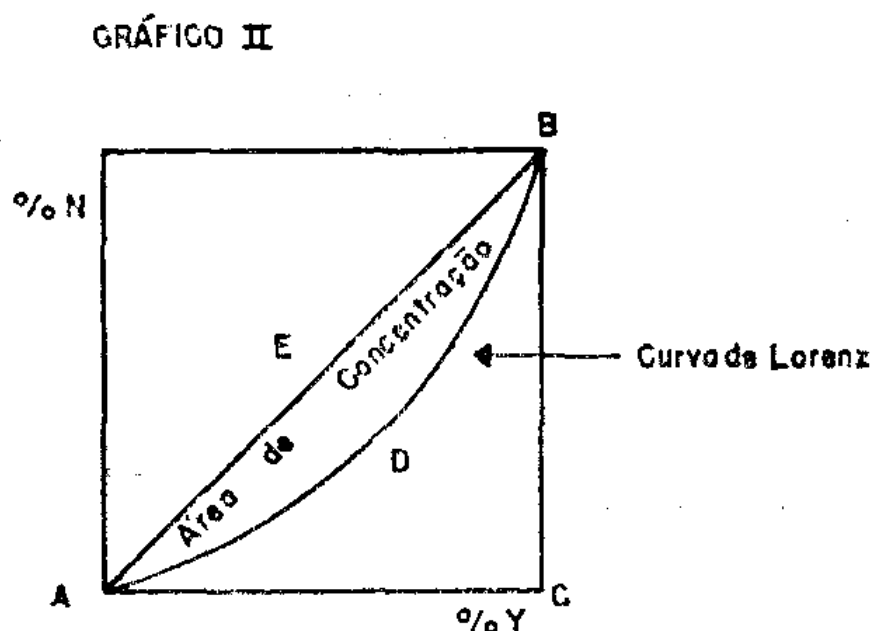
Aplicando-se logarítmos na última equação, obtém-se:

$$\log N = \log A - \alpha \log Y.$$

Por esta equação, observa-se que o "Índice de concentração" de Pareto representa a tangente da reta. Pela definição das variáveis, conclui-se que, quanto mais inclinada a reta (maior α em valor absoluto), melhor a distribuição de rendas das classes superiores a modal.

2.2. A curva de Lorenz e o Coeficiente de Gini

A repartição da renda entre os participantes da atividade produtiva de uma comunidade, pode ser observada através de uma curva de Lorenz. Colocando-se as percentagens acumuladas das rendas recebidas no eixo das abscissas e a percentagem das pessoas que recebem referidas rendas sobre o eixo vertical, chegar-se-á à curva de Lorenz, que está localizada dentro do triângulo ABC, do gráfico II.



Se a distribuição de renda for perfeita, a curva de Lorenz será a linha AB. O outro extremo, ou seja, quando apenas um indivíduo recebe toda renda, a curva de Lorenz será a curva ACB (Gráfico II). Através desta curva, Gini estabeleceu o seu conhecido "índice de concentração" como relação entre a área compreendida entre a curva de Lorenz e a diagonal (AE BD) e a área abaixo da diagonal (AE BC).

O processo mais comum para o cálculo de coeficiente de Gini é através da soma das n áreas dos trapézios $N_{i-1} N_i Y_{i-1} Y_i = 1$, que são obtidos de uma par-

ticipação de A C. A área de um trapézio é: $A_i = \frac{Y_{i-1} + Y_i - 1}{2} (N_i - N_{i-1} - 1)$.

Sendo a área do triângulo ABC igual a 0,5, o grau de concentração será igual a:

$$0,5 - \sum_{i=1}^n A_i$$

Portanto, o índice de Gini pode ser aproximado por:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1}) (N_i - N_{i-1} - 1) \text{ e varia entre 0 e 1.}$$

Baseado em sua curva e no coeficiente de Pareto, Lorenz sugeriu como índice $\frac{1}{2\alpha - 1}$.

Uma das vantagens deste processo é sua visualização gráfica. Mas o mesmo subestima a real concentração de renda, pois as desigualdades dentro das classes não são levadas em consideração. Efeitos tais como, *desemprego* (aumenta a desigualdade para baixos níveis de renda durante as depressões) e *dividendos* (aumenta a desigualdade para altas rendas durante a prosperidade) não são comportados ou evidenciados pelo cálculo do coeficiente de Gini.

2.3. O Índice de Theil

Baseando-se na Teoria da Informação, Theil (7) sugere para medir o grau de desigualdade de renda o seguinte índice:

$$T = \sum_{i=1}^n Y_i \log \frac{Y_i}{N_i}$$

Sendo Y_i = participação da renda da classe i
 N_i = " " " população da classe i

A completa desigualdade acontecerá quando apenas um indivíduo receber toda a renda e, neste caso, $T = \log N$ (depende do tamanho da população). O oposto, ou seja, quando cada membro da população recebe uma renda igual a cada um dos restantes, indicará um $T = 0$. Do mesmo modo que o Índice de Gini, o de Theil subestima a desigualdade, pois supõe que a renda seja igualmente distribuída dentro dos estratos.

O índice proposto por Theil pode ser calculado em função do Índice de Pareto, como se segue:

$$T = \int_0^1 dY \log \frac{dY}{dN}$$

isto é:

$$T = \frac{1}{\alpha - 1} - \log \frac{\alpha}{\alpha - 1}$$

2.4. Os Índices de Frigyes (1)

Para o estudo do fenômeno da distribuição de renda na Hungria, E. Frigyes propôs um conjunto de três medidas que podem ser estimadas como se segue:

$$U = m/m_1$$

$$V = m_2/m_1$$

$$W = m_2/m_1$$

onde $m = E(Y)$, ou seja, a renda média da distribuição:

$$m_1 = E(Y/Y < m)$$

$$m_2 = E(Y/Y > m)$$

Y = renda de uma unidade selecionada aleatoriamente.

Pela definição das medidas, pode-se observar que V representa uma medida de desigualdade para a distribuição completa, enquanto U e W indicam índices de desigualdades para duas partes da distribuição, isto é, U representa um índice para pessoas de renda inferior à média e W para as de renda superior à média. As medidas variam de um(1) a infinito. Para efeito comparativo, pode-se transformá-las para o intervalo (0,1), como se segue:

$$u' = 1 - 1/u = (m - m_1) / m$$

$$v' = 1 - 1/V = (m_2 - m_1) / m_2$$

$$w' = 1 - 1/w = (m_2 - m) / m_2$$

As medidas acima podem ser calculadas também em função do índice de Pareto:

$$u = \frac{X^\alpha - 1}{X^\alpha - X} \quad v = \frac{X^\alpha - 1}{X^\alpha - X} \quad w = X$$

$$\text{sendo } X = \frac{\alpha}{\alpha - 1}$$

(1) Frigyes E e O. ELTETO — *New Income Inequality Measures as Efficient Tools for Causal Analysis and Planning*. *Econometrica* vol. 36 — n.º 2 — Abril 1968, pág. 383-396.

3. Perfis da Distribuição da Renda Individual nos Estados Nordestinos em 1970

Para o cálculo dos perfis da distribuição das rendas individuais e de alguns Índices de concentração, necessita-se da percentagem do número de pessoas e da percentagem de renda em cada estrato. Para o cálculo das rendas totais de cada estrato, multiplicou-se o número de pessoas pela renda média de cada estrato. A renda média do intervalo aberto à direita, foi estimada com o auxílio da Curva de Pareto. Embora confiando nas estimativas, algumas considerações limitativas que distorcem os resultados deverão ser explicitadas:

- 1) os dados utilizados, constantes dos Censos Demográficos de cada Estado analisado, referem-se tão somente à renda monetária, isto é, os serviços sociais (gratuitos) prestados pelo Governo não são levados em consideração;
- 2) é provável que os índices estejam superestimados, pelo fato de não considerarem o autoconsumo, tão comum no setor agrícola nordestino;
- 3) não são computados os aluguéis de pessoas que residem em casa própria;
- 4) a metodologia aplicada pelo IBGE, não levando em consideração a inflação, subestima a renda das pessoas de rendimentos variáveis;
- 5) as pessoas de rendimento nulo não foram incluídas;
- 6) os dados são individuais. É provável que, considerando a renda familiar, os índices apresentados sejam menores;
- 7) é provável que as rendas declaradas estejam subestimadas, em razão das pessoas pouco esclarecidas terem medo de pagar imposto de renda.

A tabela 1, a seguir, apresenta os Índices de concentração calculados em função do parâmetro (α) da distribuição de Pareto.

TABELA 1

Índices de Concentração em função do Coeficiente do Pareto

ESTADO	LORENZ	THEIL	FRIGYES			PARETO
			u	v	w	
Piauí	0,4874	1,4391	0,4660	0,8157	0,6554	1,5268
R. G. do Norte	0,4594	1,2682	0,4424	0,7935	0,6296	1,5883
Alagoas	0,4941	1,4831	0,4730	0,8212	0,6615	1,5119
Sergipe	0,4615	1,2803	0,4441	0,7952	0,6316	1,5834
Pernambuco	0,6124	2,5410	0,5713	0,8970	0,7597	1,3164
Paraíba	0,4611	1,2781	0,4938	0,7949	0,6312	1,5843
Maranhão	0,3375	0,7882	0,3547	0,6847	0,5268	1,8983
Bahia	0,5155	1,6331	0,4898	0,8369	0,6804	1,4698
Ceará	0,4603	1,4079	0,4620	0,8122	0,6508	1,5362

Observando-se as tabelas 1 e 2, pode-se concluir que existem marcadas descontinuidades nos perfis da renda individual nos Estados nordestinos. De um modo geral, metade da população das pessoas remuneradas, de 14 anos ou mais, apropriou-se, em média, de 15% da renda gerada e vive com uma renda média inferior ao salário mínimo vigente na Região. Os decis seguintes apresentam incrementos ainda insuficientes para permitirem, à maioria, o acesso aos mercados de bens de primeira necessidade. A maior percentagem de renda apropriada pelos 40% mais pobres aconteceu no Maranhão, que também apresentou a melhor distribuição das rendas individuais entre os Estados analisados. Como contraste, este Estado apresentou a mais baixa renda média, isto é, Cr\$ 422,64 mensais. Aqui também foi registrado a menor percentagem apropriada pelos mais ricos (1%), que foi de 10,62%. Ao contrário dos demais, os incrementos apresentados por este Estado foram crescentes, logo a partir do 7.º decil. A menor percentagem apropriada pelos 40% mais pobres aconteceu no Piauí, onde os 1% mais ricos detinham 51,19% da renda total. Foi este o Estado que apresentou as maiores descontinuidades, pois os 90% mais pobres apropriaram-se somente de 32,66% da renda total.

Pela tabela 2, observa-se que poucas pessoas conseguiram atingir a renda média estadual. O índice de Gini, que varia entre 0,7155 (Piauí) e 0,4361 (Maranhão), indica uma considerável concentração de rendas. Pelos índices de Frigyes, conclui-se que as pessoas que ganham inferior à média distribuí melhor suas rendas do que as pessoas que ganham igual ou superior. Observa-se, então, que mais da metade da população da região nordestina viveu, em 1970, quase que isoladas das economias do mercado, e participando das economias de subsistências, tão comum no meio rural. Estas pessoas não gozavam de privilégio de bens duráveis, tais como: geladeira, televisão, automóvel, casa própria etc.

TABELA 2

Distribuição Percentual de Renda Individual nos Estados Nordestinos em 1970

% Pop. Acum.	% Pop.	PIAUÍ		R.G. DO NORTE		ALAGOAS		SERGIPE		PERNAMBUCO		PARAÍBA		MARANHÃO		BAHIA		CEARÁ	
		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda		% Renda	
		S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A
40	40	7,15	7,15	12,18	12,18	13,01	13,01	13,26	13,26	9,12	9,12	10,04	10,04	16,30	16,30	12,16	12,16	10,86	10,86
50	10	4,12	11,27	5,44	17,62	5,33	18,34	5,13	18,39	3,74	12,86	6,57	16,61	6,28	22,58	4,40	16,56	5,86	16,70
60	10	4,12	15,39	5,44	23,06	5,44	23,78	5,16	23,55	5,63	18,49	6,57	23,18	6,29	28,87	6,07	22,63	5,86	22,58
70	10	4,12	19,51	6,26	29,32	8,89	32,67	8,55	32,11	6,24	24,73	6,57	29,75	10,47	39,34	7,34	27,97	5,86	28,44
80	10	5,33	25,04	9,07	38,39	9,29	41,93	9,47	41,58	8,09	32,82	9,54	39,29	10,66	50,00	9,23	39,20	9,29	37,73
90	10	7,62	32,66	13,73	58,12	13,34	55,20	13,46	55,04	12,20	45,92	13,53	52,82	14,67	64,67	13,37	52,57	12,69	50,42
100	10+	67,34	100,00	47,88	100,00	44,96	100,00	44,96	100,00	54,93	100,00	47,18	100,00	35,33	100,00	47,43	100,00	49,58	100,00
	5+	60,41	—	35,82	—	34,03	—	33,85	—	44,49	—	35,68	—	27,07	—	36,29	—	32,66	—
	1+	51,19	—	15,20	—	15,67	—	14,68	—	26,23	—	15,41	—	10,62	—	16,52	—	19,77	—
GINI		0,7155		0,5508		0,5235		0,5247		0,6261		0,5541		0,4351		0,5505		0,5669	
REND. MÉDIA		590,36		539,96		570,64		542,80		832,10		542,28		422,64		625,70		527,80	

S = Simples

A = Acumulada

4. Evolução da concentração de renda dos Estados do Piauí e Maranhão

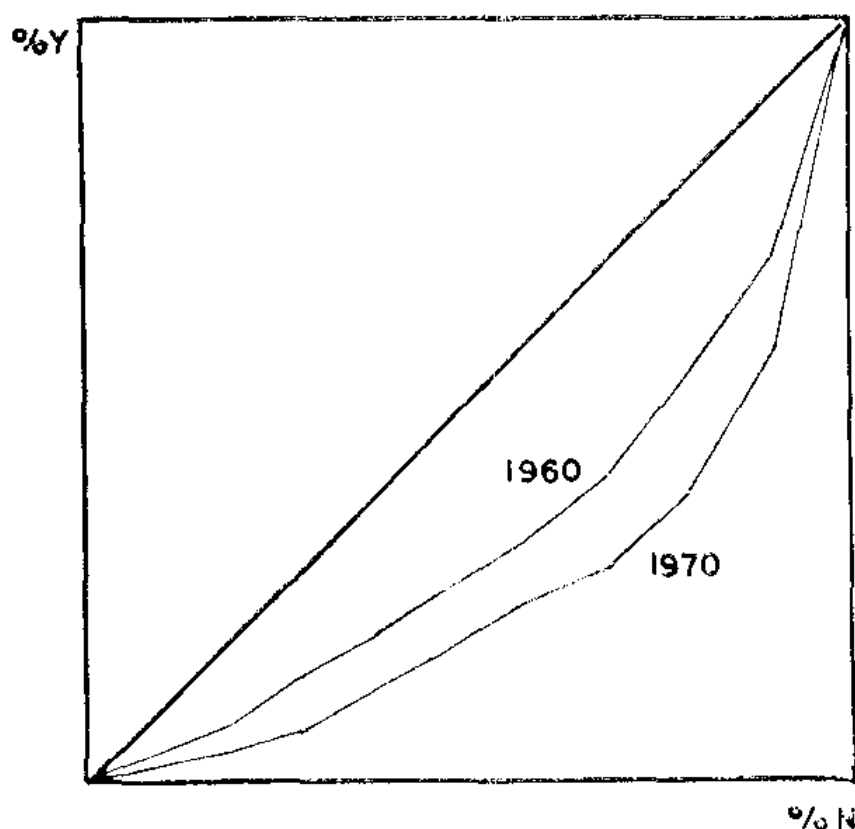
Da região Nordeste, Piauí e Maranhão são os únicos Estados para os quais os dados de renda individual estão disponíveis. A metodologia do Censo de 1970 foi modificada em relação à de 1960. Desta forma, precisou-se homogeneizar os estratos de renda, de tal sorte a fazer sentido a comparação entre os decis desses Estados para os anos de 1960 e 1970. A homogeneização foi feita pela correção das 12 classes de 1970 pela taxa acumulada de inflação, no período 1960/1970, (353,7% segundo o defletor implícito do PIB), e pela taxa de crescimento da renda real "per-capita", no mesmo período (34%, segundo os dados das Contas Nacionais). (2)

Feita as operações, calculou-se a distribuição decíclica através da Curva de Lorenz, como mostra a tabela 3 e os gráficos III e IV. Os índices de Gini para os dois Estados indicam uma tendência de concentração. Para o Piauí, tivemos $G_{60} = 0,4352$ e $G_{70} = 0,5396$, e para o Maranhão, $G_{60} = 0,3426$ e $G_{70} = 0,3791$.

Na tabela 3 observa-se também que a participação relativa dos 20% mais pobres foi reduzida nos dois Estados em análise. Para o Maranhão, o 3.º, 4.º, 7.º, 9.º e 10.º decis aumentaram suas participações no "bolo". No Piauí, o 1.º, 2.º, 3.º, 7.º, 8.º e 9.º decis diminuíram as participações relativas à renda total do Estado. Em ambos os Estados, o maior incremento ocorreu no último decil.

Houve nos dois Estados uma redução da participação relativa das classes de baixa renda em favor das classes mais ricas, enquanto as classes de renda média (4.ª, 5.ª e 6.ª decis) conseguiram beneficiar-se um pouco com esta "nova distribuição".

GRÁFICO III Curvas de Lorenz para o Piauí – 1960 e 1970



(2) Langoni, C. Geraldo (1972) — Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil — Estados Econômicos — IPE-USF. vol. 2 n.º 5, pág. 9.

GRÁFICO IV

Curvas de Lorenz para o Maranhão — 1960 e 1970

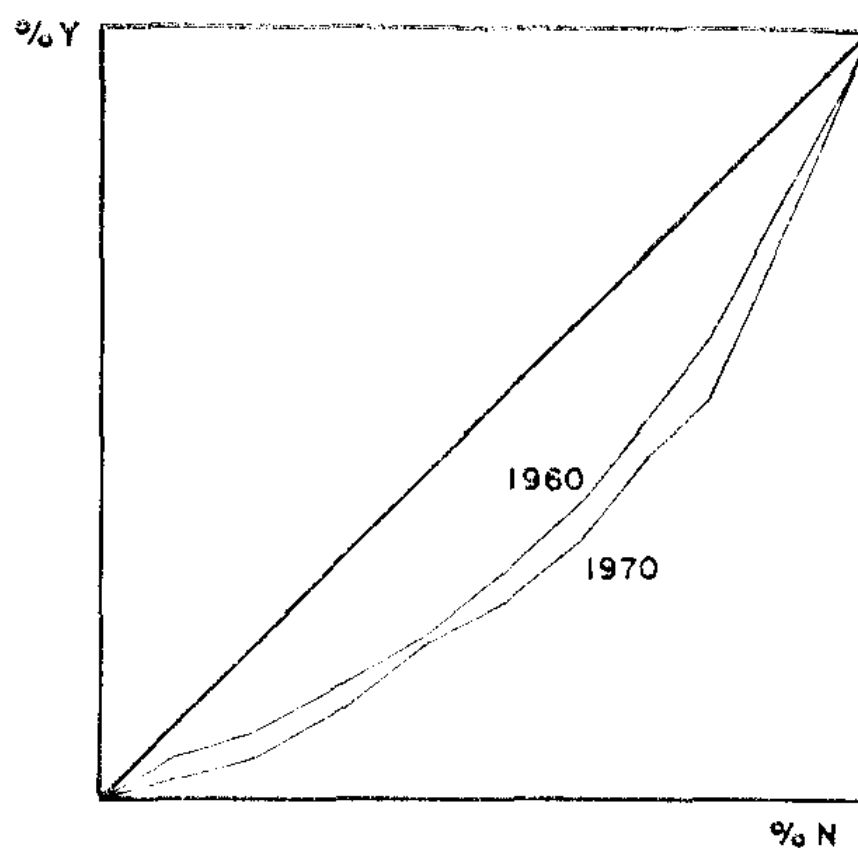


TABELA 3

Distribuição Percentual da Renda do Piauí e do Maranhão
1960 e 1970

Camada da Pop.	MARANHÃO		PIAUI	
	1960	1970	1960	1970
10	3,78	2,14	4,74	2,32
10	3,78	2,14	4,74	2,32
10	3,78	5,87	4,74	2,32
10	5,47	6,39	4,74	4,84
10	8,52	6,39	4,74	6,92
10	8,52	6,39	4,74	6,92
10	9,37	10,55	7,80	6,92
10	12,30	10,74	10,61	8,96
10	13,97	14,89	13,17	12,53
10+	30,51	34,50	39,98	45,95
5+	21,80	—	30,43	36,63
1+	11,31	10,13	14,99	20,29

Um lembrete aqui se faz necessário: estes dados referem-se a população de 10 anos ou mais, exclusive o pessoal de rendimento nulo; é provável, portanto, que o aumento da PEA, no período, exerça influência considerável na concentração encontrada.

A Tabela 3 e os gráficos III e IV mostram detalhes de "tendência concentradora" na distribuição das rendas individuais, nos dois Estados, no período 1960/1970.

5. Desigualdades estaduais e concentração de rendas

O grau de concentração de rendas, como se pode observar pela tabela 1 e análise anterior, varia consideravelmente de Estado para Estado. Cada Estado, devido suas próprias características institucionais, geográficas, locacionais, etc., apresenta indicadores econômicos conhecidos, que devem funcionar no sentido de agravar ou diminuir a intensidade do fenômeno da concentração. Tentando identificar algumas destas "forças invisíveis", escolheu-se as variáveis a seguir relacionadas. A correlação entre estas variáveis e o coeficiente de concentração de Gini é apresentada na forma linear especificada.

Estas variáveis, de acordo com o consenso geral entre os "empiricistas", funcionam como molas propulsoras de desenvolvimento econômico e explicam a distribuição das rendas individuais.

$$(1) \quad G = A_0 + a_1 A_1 + a_2 A_3 + a_4 A_4 + a_5 A_5 + a_6 A_6 + a_7 A_7 + \\ + a_8 A_8 + U_i$$

$$(2) \quad G = A'_0 + a_9 A_9 + a_{10} A_{10} + a_{11} A_{11} + a_{12} A_{12} + a_{13} A_{13} + \\ + a_{14} A_{14} + a_{15} A_{15} + Z_i$$

Sendo :

- G = Coeficiente de Gini do estado i ;
- A_1 = Participação Percentual da População do Setor Agrícola na População Econômicamente Ativa, de 10 anos e mais, de cada Estado, em 1970.
- A_2 = Idem do Setor Industrial.
- A_3 = Idem do Setor Serviços.
- A_4 = Participação da Renda Interna Total de cada Estado na Renda Interna Total da Região Nordeste em 1969.
- A_5 = Participação da Renda do Setor Agrícola de cada Estado na Renda de Setor da Região em 1968.
- A_6 = Idem para o Setor Industrial.

- A_7 = Idem para o Setor Serviços.
 A_8 = Taxa de Urbanização de Cada Estado em 1970.
 A_9 = % da População de 10 anos com curso Primário na População total de cada Estado com 10 anos e mais, em 1970.
 A_{10} = Idem com o Curso Ginásial.
 A_{11} = Idem com o Curso Científico.
 A_{12} = Idem com o Curso Superior.
 A_{13} = Idem para os Analfabetos.
 A_{14} = % da renda absorvida pelos 10% mais ricos de cada Estado, em 1970.
 A_{15} = % da renda absorvida pelos 40% mais pobres em cada Estado, em 1970.

Com relação ao sinal esperado dos a_i 's, pela própria definição das A_i 's, pode-se esperar que: $a_3, a_4, a_8, a_9, a_{10}, a_{11}$ sejam negativos, isto é, as variáveis correspondentes devem contribuir para uma melhor distribuição das rendas. Devem apresentar sinal positivo, a_5, a_7, a_{13} e a_{14} . Não se pode prever o sinal dos outros coeficientes, a priori. Evidentemente que, pela natureza agregada dos dados, é possível que algumas destas previsões não se verifiquem, o que não invalida a análise.

Os resultados foram os seguintes:

$$\begin{aligned}
 1) \quad G = & 1,544 - 1,1663A_1 - 0,6861A_3 - 252,905A_4 + 94,678A_5 + 26,671A_6 + \\
 & \quad (1,5727) \quad (2,76021) \quad (73,917) \quad (28,396) \quad (7,9921) \\
 & + 131,04A_7 - 0,0373A_8 \\
 & \quad (37,6628) \quad (1,1495) \\
 R^2 = & 0,9783 \\
 F = & 3,1870
 \end{aligned}$$

Obs.

$$\begin{aligned}
 G = & 0,2236 + 0,0236A_6 + 0,2068A_{10} - 0,3330A_{11} + 7,4163A_{12} - 0,0100A_{13} \\
 & \quad (0,2540) \quad (3,1166) \quad (0,9640) \quad (9,7922) \quad (0,1121) \\
 & + 0,7668A_{14} - 0,3548A_{15} \\
 & \quad (0,0651) \quad (0,2545) \\
 R^2 = & 0,9998 \\
 F = & 485,42
 \end{aligned}$$

Obs.

Pela definição das variáveis (A_i) pode-se observar a existência de multicolinearidade. (3) Ignorando-se este fato e olhando-se somente para a segunda equação acima, observa-se que:

1) Embora seja notória a importância da população com curso superior, esta é a que mais contribui para a concentração das rendas individuais! Isto talvez em decorrência da considerável diferença salarial existente entre pessoas com curso superior e o resto da população;

2) Como era de se esperar, o aumento da renda dos 40% (A_{15}) mais pobres estimula uma melhor distribuição. Essa política de aumentar a renda da base é muito comum.

3) Os 10% mais ricos (A_{14}) contribuem de maneira razoável para a concentração de renda. Para evitar esta maior concentração, poder-se-ia adotar a política do caso anterior.

4) As variáveis relacionadas com os níveis educacionais, A_{10} , A_{12} , evidenciam que há um aumento na concentração de renda, causado em parte pelo incremento das pessoas com Curso Ginásial e Superior.

Considerando a equação (1), observa-se que a participação da Renda Interna é um fator de desconcentração da renda. Talvez por esta razão, qualquer Plano de Desenvolvimento do Nordeste traz como meta prioritária o aumento da participação da renda regional no total do Brasil. As duas equações apresentam "ótimos" coeficientes de correlação e o teste F rejeita a hipótese de não regressão entre as variáveis.

6. Sumário

Os resultados apresentados neste estudo indicam que cada Estado do Nordeste apresenta uma concentração de renda considerável. Os perfis de renda evidenciaram a existência de marcantes descontinuidades. De um modo geral, metade da população remunerada apropria-se, em média, de 15% de renda total e vive com uma renda média inferior ao salário mínimo institucional. Nos decis seguintes, o incremento na participação percentual na renda são insuficientes para permitirem, à maioria, o acesso aos mercados de bens de primeira necessidade. Desta forma, conclui-se que metade da população de cada Estado nordestino vive em condições de miséria, o que acarreta baixos índices de produtividade, nutrição, educação, etc. O maior incremento de renda ocorreu no último decil que, em média, apropria-se de quase metade da renda gerada. Isto é, apenas os 10% mais ricos têm acesso a todos os mercados e formam a base estável dos mercados de alguns bens de consumo duráveis.

(3) A existência de multicolinearidade é caracterizada por alta correlação entre variáveis independentes.

Pela análise da concentração e diferenças estaduais, verifica-se que a educação superior concorre decisivamente para a concentração de renda, enquanto outras variáveis importantes contribuem de maneira insignificante para uma melhor distribuição das rendas individuais.

Com relação à desigualdade, evidentemente, não se pode afirmar que a tentativa de Planejamento no Nordeste, via SUDENE, tenha sido um fracasso total, como muitos afirmam. O que o Nordeste tem de positivo, hoje, muito se deve à atuação daquele organismo, que sempre era chamado a intervir em caráter de urgência, o que dificultava sua atuação. E graças aos órgãos de planejamento, implantados pelo Governo Federal, é que, hoje, se pode contar no Nordeste com um processo e uma mentalidade de planejamento.

BIBLIOGRAFIA

- 1) ABREU, A. L. — *Distribuição de Renda Estadual do Brasil em 1970* CAEN, Fortaleza, 1973
- 2) AL — SAMARTE, Ahmad — *State Differentials in Income Concentration*. American Economic Review vol. LVII — Março 1957 — N.º 1
- 3) BROFRENBERGER, M. — *Income Distribution Theory*. Aldine — Atherton — New York, 197
- 4) FRIGYES, E — *Analysis and Planning of Income Distribution of Workers and Employees*. Econometrica, vol. 36 — N.º 2 — Abril de 1978
- 5) HOFFMAN, R. — *Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse no Brasil*, Piracicaba, 197
- 6) LANGONI, C. G. — *Distribuição da Renda — Desenvolvimento Econômico do Brasil: Estudos Econômicos*, Vol. 1, 1972, n.º 5.
- 7) THEIL, HENRI — *Economics and Information Theory* — Rand McNally and Company, Chicago
- 8) KUZNETS, S. — *Economic Growth and Income Inequality* — American Economic Review. Vol. XLV — Março, 1965, N.º 1, págs. 1-28.

SUMMARY

The conclusions of this study indicate that each state of the Northeast presents a considerable income concentration. The profiles of income show the existence of marked discontinuities. Generally, half the salaried population appropriates an average 15% of the total income and lives with an average income inferior to the institutional minimal wage. In the following decils the increase in the income percentual participation are insufficient to permit to the majority the access to indispensable goods market. Thus, we are led to the conclusion that half the population of each Northeastern State lives in wretched conditions, resulting in indexes of low productivity, malnutrition, poor education, etc. The major increase of income occurs in the last decil that, in average, appropriates nearly half of the income generated. Thus, only the 10% wealthier have access to all markets and form the stable basis for the lasting goods consumption market.

Analysing both the concentration and the state differences, one verifies that higher education contributes decisively for the concentration of income, while other important variables contribute irrelevantly to a better distribution of individual income.

Concerning to the disparities, evidently, one cannot affirm, as many have asserted, that the tentative of the Northeast Regional Planning via SUDENE, has been a total failure. Many of the positive aspects of the present-day Northeast are due to the action of that Agency, always required to interfere when urgency calls for it, thus making its action even more difficult. Thanks to the planning agencies, established by the Federal Government, today one can rely on a planning process and on a planning mentality in the Northeast.